

## TESTEMUNHO, MEMÓRIA E VIOLÊNCIA: NARRAR PARA RESISTIR

Linda Maria de Jesus Bertolino (UnB)<sup>1</sup>  
Orientador: Prof. Dr. Rogério Lima (UnB)

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo refletir sobre testemunho, memória e violência em *Diário de Bitita* (2014), da escritora Carolina Maria de Jesus, sujeito que vivencia e testemunha a violência e que termina por fazer da escrita narrativa um instrumento de liberdade e resistência. Nele buscarei mostrar acontecimentos silenciados pela memória e história, e como se dá a representação da memória a partir da vivência de quem sofreu e testemunhou todos os tipos de exceção de direitos humanos, em uma sociedade tipicamente orientada por valores culturais brancos. Para desenvolver tais reflexões recorro às ideias de Paul Ricoeur (2007) e de Giorgio Agamben (2017).

**Palavras-chave:** Testemunho; Memória; Violência; Negro; Resistência

Falar e contar sobre si é exilar-se para fora do tempo, é evocar experiências, acontecimentos, anseios, traumas, dores, medos, esperanças, enfim, é desnudar-se ao outro. Contar sobre si é ainda puxar e emendar os fios da memória, pois quando se escreve sobre a vida se vive na escrita – uma região onde as recordações do eu desencadeiam o que está dentro e o que ficou do lado de fora, e onde as lembranças erguem-se sob a forma de imagens os fatos vividos; expondo assim a essência de quem narra.

Narrar, então, o vivido é abrir possibilidades de ordenar a experiência e o conhecimento da própria vida, é exceder-se, é ir além de si, é em última instância passar do eu a ele. Isso porque na escrita narrativa do eu tudo pode ser dito, tudo pode ser feito, haja vista que o narrar, como diz Blanchot, é um “espaço errante” que envolve uma totalidade: a escrita, o eu, o outro e a vida.

Assim, é o narrar que compõem a escrita do romance *Diário de Bitita* (2014) da escritora negra Maria Carolina de Jesus, vista pelos personagens brancos da narrativa como “uma negrinha atrevida, que não calava a boca [...] nem para o doutor Brand [...]

um sujeito que todos tinham medo dele” (JESUS, 2014, p.33). Um contar narrativo no qual as lembranças ajudam a tecer os silêncios, a violência, o testemunho e as memórias que constitui a linguagem da personagem negra Bitita. Uma linguagem que gravita em torno da vivência do negro na sociedade brasileira e que exprime a

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Literatura e Práticas Sociais (UnB). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Professora Assistente II da Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Grupo de Pesquisa *Mnemosyne* – Estudos sobre a Memória, História e Literatura (UnB).

consciência de si e do outro, de forma a agregar explicação e conhecimento daquilo que é dito e anunciado na feitura do texto.

Os acontecimentos sociais e políticos que a personagem-protagonista Bitita narra e porta dentro de si, não são acontecimentos que apenas ela conhece. São eventos que embora sejam do conhecimento de todos, tendem a serem diminuídos e silenciados, tanto pela história como também pela sociedade. Daí a necessidade de contar para dar conhecimento do vivido ao Outro; logo, o eu e o outro é o ponto central da escrita do Diário de Bitita, espaço literário onde as experiências são evocadas sob a denominação da memória.

De acordo com Paul Ricoeur (2007), toda memória é portadora da marca do outro, uma vez que lembrar-se de alguma coisa ou de alguém é de imediato lembrar-se de si. Imagino que, conseqüentemente, esse outro que se impõe como imagem nesta narrativa são também os rastros da vivência, dos abusos, dos sofrimentos e, principalmente, da violência racial - experimentada pelo sujeito negro que narra. Esse outro é o testemunho do Eu que não se deixa apagar e que quer contar para não deixar emudecer o testemunhado e o experimentado.

É sob essa perspectiva, que intuo dizer que o testemunho da personagem Bitita, compromete-se a falar do individual e do coletivo, uma vez que é um testemunho que se ergue e se verticaliza no texto através da vivência, aplicada à realidade sócio-política do negro numa sociedade orientada por uma cultura escravocrata, que se movimenta a partir de padrões de uma elite empenhada na manutenção de valores brancos.

Dentro desta lógica, o testemunho da protagonista “é um instrumento por excelência de tradução da memória, consoante que o testemunho dado a partir da narração encarna o papel de contar como forma de resistência [...], ou, ainda, como forma de sobrevivência” (SELIGMANN, 2003, p. 20). Considerando, que é um testemunho calcado na experiência dos fatos, o que faz do narrar da protagonista um instrumento de resistência e tradução da memória de uma sociedade negra.

Portanto, o que se busca refletir aqui nesta pesquisa são o testemunho, a memória e o grau extremo de violência social e humana em que se encontra submetido o negro, numa dada conjectura social; haja vista que são as suas histórias de vida que constituem o tecido narrativo do Diário de Bitita. Representação, na qual a voz do sujeito-narrador se auto referencia e encena uma subjetividade individual e coletiva, de forma a trazer

para o interior do enredo uma linguagem de enfrentamento e resistência de um eu-enunciador que fala em nome de um nós.

### **A narrativa**

Como já dizia Santo Agostinho (*apud* RICOEUR, 2007) a memória não dá em cachos, pois o fluir do recordar implica em temporalidades múltiplas visto que há todo um trabalho para trazer as imagens vividas e testemunhadas para a área da presença. Logo, sendo a memória inseparável da temporalidade, a protagonista agrega à escrita: espaço-lugares, nomes, datas e acontecimentos que funcionam como apoio para trazerem as imagens do passado para serem representadas na temporalidade presente.

Esses elementos são usados para rememorar e ordenar os fatos descritos no diário. E, como o diário se trata de uma tipologia textual pessoal, ela usa uma linguagem referencial que dê conta de denunciar, registrar e contar sobre a situação marginalizada em que vivia o negro.

Uma vez que a memória, como lembra Santo Agostinho, não nasce em cachos, ela precisa ser organizada para ser trazida para escrita, pois existe todo um trabalho físico e mental para trazer as lembranças para a representação do presente (BERGSON, 1999). Nesse sentido, cito que Carolina Maria de Jesus sentiu a necessidade de organizar em partes os acontecimentos recordados, tendo em vista a distância do tempo transcorrido nas cenas representadas.

A escrita do Diário de Bitita se dá em partes fragmentadas, a narrativa é composta de 22 capítulos. O primeiro é nomeado de “Infância” e o último de “Ser cozinheira”. O verbo ser, que abre a nomeação do último capítulo, implica em uma condição de imobilidade e sugere uma condição social já preestabelecida para os personagens negros. Condição que resulta da realidade social cultural imposta ao sujeito negro, que “quando nasce chora, e o choro é o prenúncio da auréola de infelicidade que há de cingir a nossa frente. Todos que nascem sofrem” (JESUS, 2014, p. 167).

O primeiro capítulo do diário descreve o abismo social que separa os brancos dos negros no bairro onde Bitita morava, “os pobres moravam num terreno da Câmara: O Patrimônio não tinha água” (JESUS, 2014, p.13). Observe que há na fala da personagem a consciência do descaso político do Estado para com a comunidade negra. Essas demarcações de exceções de direitos vão sendo apresentadas durante a construção de todo o enredo.

No capítulo quatro, Bitita fala da condição de vida escrava das mulheres negras, que “não tinha tempo disponível para cuidar dos seus lares. Às seis horas da manhã, elas deviam estar na casa das patroas para acender o fogo e preparar a refeição matinal” (JESUS, 2014, p36). Na sequência dos demais capítulos, cenas de negação de direitos, violência e desrespeito vão sendo recordadas e representadas no tecido narrativo.

Assim sendo, um dos pontos fundamentais na escrita deste romance é a consciência social e política de questionar a liberdade, associando-a a uma quimera, isto é, a uma ilusão, visto que na prática os negros do Patrimônio continuavam isentos de todos os direitos. Era uma liberdade que se executava unicamente no papel, no dia a dia continuavam os negros escravos: do sistema, do branco e da sociedade.

Uma liberdade, que devido ao grau extremo de discriminação racial em que os negros viviam, torna-se questionável na fala de Bitita, uma vez que: “os brancos falam que já deram liberdade para os negros [...] a liberdade sem cultura e sem instrução não vai beneficiá-los [...] O analfabeto não tem força para evoluir na vida” (JESUS, 2014, p.39).

Portanto, é a partir do que viveu e ouviu que a escritora trouxe as imagens do seu cotidiano para serem representadas no seu diário. De modo criativo, ela articulou e fez desabrochar no texto uma retórica inspirada em discriminação, segregação e preconceito. Uma retórica, cujo desafio é dar visibilidade às memórias, aos testemunhos e aos mais variados tipos de violência, posta ao personagem negro.

### **Reminiscência: texto, contexto e autor-personagem**

Considerando que o processo da criação literária é dinâmico e que nele a representação aflora-se ou como imagem-imaginação ou como memória, pode-se dizer que o universo da literatura se constitui do individual e do coletivo, e que a memória é o fio condutor que liga as imagens pessoais e sociais à representação e à construção do texto literário. Assim, é que os fatos vivenciados e testemunhados vão se desdobrando, à medida que escritora recorda e narra, unindo contexto, autor e personagem, resultando desta forma na escrita do diário.

Na escrita deste diário, os personagens, através do discurso da protagonista, são confrontados a dar também os seus testemunhos, fazendo com que os eventos de violência e desrespeito vividos por Bitita emendem-se ao testemunho e a vida de cada sujeito negro apresentado no enredo. Esse conglomerado de vozes testemunhais mostra

que o evento da violência física, social e humana não se trata de um acontecimento histórico individual e sim coletivo. Um evento histórico estabelecido exclusivamente à sociedade negra, por sua condição de minoridade: longe de sua terra natal, sem conhecimento geográfico do lugar onde foi posto, sem liberdade e sem condições políticas e sociais de organização.

Essa condição de minoridade imposta aos personagens negros encontra-se ligada a questionamentos de direitos civis. Disso se constrói a queixa da protagonista-negra, que desenvolve a escrita do romance como uma enunciação posicionada em um campo social marcado por conflitos. Um campo onde a alteridade é constantemente posta em questão e onde se encontra relegado ao negro - excluídos da sociedade - direitos sociais, humanos e políticos. E em que a relação entre sujeitos negros e brancos se pautam na prática do mando e do desmando.

Logo, é dessa forma que ao longo da narrativa o olhar da memória busca refletir sobre a realidade vivenciada pelo indivíduo negro naquela sociedade, severamente marcada pela cultura escravocrata; buscando mostrar ao leitor como o negro foi negligenciado pelo Estado e pelo outro. Memórias nas quais são relatadas experiências extremas de humilhação, dor e desmoralização individual e social, dentro de uma conjectura social que justifica a materialização da violência contra o próximo, unicamente, pela cor da pele e em que o biológico é usado para justificar a discriminação e determinar a ausência de igualdade.

Nessa perspectiva, o testemunho de Bitita não se isola a sua experiência de mulher pobre e negra. É um testemunho que se aglutina a outras vozes que vivem as mesmas situações limites de mandos e desmandos. Vozes que embora não tenham representação física e nominal dentro da narrativa, projetam seus sofrimentos dentro de um corpo vocal coletivo.

Um corpo marcado e enraizado dentro da experiência limite do que é ser negro em uma sociedade cristalizada por violentos preconceitos raciais e que se encontra profundamente marcado pela lembrança do acontecido. Um corpo que ainda que tenha experimentado tamanhas atrocidades, consegue fazer da escrita um espaço para reunir os fragmentos do passado.

Assim, diante da tentativa de reunir esses fragmentos, Bitita é confrontada com a incapacidade de reunir na linguagem uma sequência contínua e exata das imagens

testemunhadas. Essa incapacidade do uso da linguagem na descrição dos fatos vivenciados e testemunhados é compartilhada com o leitor, que ao adentrar no enredo da narrativa percebe nas cenas recordadas uma espécie de incompletude, como se a linguagem usada por Carolina Maria de Jesus não conseguisse abarcar e descrever com nitidez as cenas e as experiências vividas, principalmente aquelas em que o corpo e a vida dos personagens negros se encontram mais afetados pela estupidez da violência, seja ela física ou moral, dado que eles eram vistos como “negros ladrões, negros ordinários” (JESUS, 2014, p. 94).

Dentro dessa lógica, direi que há, portanto, uma impossibilidade na representação das recordações da romancista, tendo em vista que no decorrer da escrita dos capítulos percebe-se uma desproporção entre as palavras, as imagens e os eventos. Eventos de constrangimentos que são revividos e trazidos para a representação da narrativa, estabelecendo um limite no corpo e na mente da narradora, que na escrita descreve a sua preocupação com a condição de vida que se impõe para aquela sociedade negra, onde eles eram tidos como marginais.

Na fala da narradora vê-se que era um fato corriqueiro o negro ser enquadrado como marginal, pois “quando ocorria um crime ou um roubo, os pretos eram suspeitos. Os policiais prendiam. [...] Quantas vezes eu ouvia: - negros ladrões, negros ordinários. Eles diziam não fomos nós” (JESUS, 2014, p. 94). Essa consciência do enquadramento patológico que caracteriza os negros como sujos, delinquentes, ladrões e ordinários, traz para o logos uma incapacidade da descrição total dos fatos experimentados.

Desse modo, os acontecimentos recordados por Carolina Maria de Jesus iam se desdobrando nas suas lembranças “como se fossem roupas dobradas dentro de um armário. Todos os dias iam aparecendo para entrar na minha cabeça” (JESUS, 2014, p. 88). Sob esse aspecto, direi que a violência social, política e humana, imposta aos personagens negros, terminou por provocar impossibilidade na totalidade da representação, fato que talvez justifique na escrita do texto a não linearidade das cenas recordadas e testemunhadas.

Seria esse, então, o limite do corpo de quem recorda uma vida inteira de sofrimento racial e moral? De acordo com Seligmann (2003), a representação do testemunho, seja ela oral ou escrita, é posta em questão pela lógica da catástrofe, visto que a linguagem nunca dará conta de abarcar a experiência do sofrimento, ela será

sempre um logos parcial. Dentro dessa concepção, imagino que Maria Carolina - na condição de sobrevivente e testemunha da condição limite em que vivia o negro naquela conjectura social e política, recém-egressa do sistema escravocrata - ao reviver os fatos a voz emudece, sendo esta interrupção vocal que responde na narrativa pela incompletude da representação diante de algumas cenas.

A sua voz como também as vozes de todos os personagens negros que compõe o tecido do diário, encontram-se vitimadas pelo processo de segregação, desrespeito, violência e exceção de todos os direitos: saúde, moradia, mobilidade e segurança. De acordo com Paul Ricoeur (2007), o testemunho que constitui as memórias traumáticas deixam marcas tão profundas, no corpo e na alma de quem recorda, que nem o tempo consegue apagar. Nesse sentido, narrar experiências traumáticas é resistir, considerando que reviver a dor é expor o corpo a um duplo sofrimento. E, como não há *Kátharsis* possível para a experiência do que é ser uma mulher e um homem negro em uma sociedade que se move, unicamente, a partir de valores brancos; a fala da escritora termina por sofrer interrupções nas cenas recordadas, isso porque ao mesmo tempo em que é testemunha é também vítima desta cultura escravagista.

Consequentemente, ela conta e escreve porque precisa ser escutada. Ela sente necessidade de dá conhecimento das condições de vida do negro em uma sociedade extremamente cristalizada por preconceitos raciais. Preconceitos que estabelece um abismo colossal a separar negros de brancos e ricos de pobres, dado que “o filho do pobre quando nascia já estava destinado a trabalhar na enxada. Os filhos dos ricos eram criados nos colégios internos” (JESUS, 2014, p. 46).

Sob esse aspecto, direi que a fala de Bitita é um instrumento de resistência, pois ainda que se encontre ela obstaculizada pela dureza das experiências da vida: violação de direitos, violência, humilhação social e física; encarna ela o papel de contar como forma de resistência a memória, ou ainda a sobrevivência, diante da dureza da experiência sofrida. Portanto, é uma fala calcada na experiência de quem viveu e testemunhou o ocorrido, uma fala que reúne possibilidades de exprimir a consciência de si e do outro. Fala que agrega rastros de vidas, explicação, conhecimento e representação do vivido e que faz do narrar um instrumento de tradução da memória do negro, num determinado momento histórico. Logo, carrega ela atrás ou dentro de si a “autoridade e as marcas da dimensão veritativa da memória” (RICOEUR, 2007, p.32).

Como o texto é realizado na primeira pessoa do singular e a escrita assume uma autodesignação, haja vista que aquilo que a protagonista atesta no discurso é a realidade da coisa passada, direi que Bitita é a personagem negra que se declara vítima e testemunha; ela é a “testemunha-narradora que estava lá [...] nos locais da ocorrência” (RICOEUR, 2007, p.172).

O espaço-temporal “lá” representa o acontecimento vivido, e essa condição espacial que legitima o testemunho e a autoridade de quem conta, e que fez com que as lembranças de Carolina de Jesus se verticalizassem no percurso da narrativa, fazendo com que o eu artístico transcenda os limites do mundo puramente individual, fato que faz da literatura um evento social.

Essa transcendência, conseqüentemente, responde pela dimensão dialética do real, que concentra em si uma totalidade efetiva dos fatos vividos. Dentro dessa lógica, direi que tudo aquilo que foi trazido para a narrativa representa na escrita do texto, traços de escrituralidade; traços específicos de uma história de si que permite a passagem de um testemunho oral a um testemunho escrito.

Penso, então, que as memórias de Bitita são esteios de sua própria identidade, são suportes do ser no mundo. São lembranças que se associam à história da escravidão, à exceção de direitos e à situação marginalizada do negro naquela sociedade, que nunca se cansava de esbravejar que “os abolicionistas, veja, o que fizeram! Essa gente agora pensa que pode falar de igual para igual. Eu, na época da abolição, tinha mandado toda essa gente repugnante de volta para a África” (JESUS, 2014, p. 43).

Portanto, os fatos narrados se constroem de substratos temporais. Substratos que reconstroem e tecem sua representação no presente, pois como lembra Ricoeur (2007), a consciência dos eventos vividos e testemunhados encontra-se fundada na mente de quem recorda. Recordações que faz Bitita repensar na impossibilidade de permanência na escola, uma vez que em 1925 as escolas até:

[...] admitiam alunas negras. Mas quando as alunas negras voltavam das escolas, estavam chorando. Dizendo que não queriam voltar à escola porque os brancos falavam que os negros eram fedidos [...] e As professoras aceitavam os alunos negros por imposição. (JESUS, 2014, p. 42)



Sendo assim, como a memória é inseparável da vivência da temporalidade, Carolina Maria de Jesus agrega à escrita datas e vivências específicas, que são usadas na feitura do texto para rememorar e ordenar os fatos descritos no diário. E, uma vez que o mesmo possui uma escritura individual, ela usa uma fala referencial que dê conta de denunciar, registrar e contar sobre a situação marginalizada em que vivia o negro, naquela sociedade onde “a chave do mundo estava nas mãos dos brancos” (JESUS, 2014, p.33).

### **Violência: qual é a condição singular de vida dos personagens?**

Aqui me aproximo das ideias de Giorgio Agamben (2017), de forma específica sobre sua tese sobre o uso dos corpos, cuja discussão inicial é orientada pela condição do escravo no mundo antigo. Aproximo-me desta tese para realizar um sincronismo com o sujeito negro recém-egresso da história escravocrata brasileira, partindo do princípio de que em ambos os momentos históricos o ser na condição de escravo era pensado pelo Estado como coisa, a partir de uma relação em que o homem é, por natureza, visto como propriedade do outro.

Logo, é nesse sentido que busco aqui refletir sobre a concepção particular do personagem branco e da ação implícita no uso e abuso do personagem negro, no qual o sujeito branco e o Estado se constituem como agente neste uso. Seja na história antiga ou na história de Bitita, a natureza desse fato sempre foi de ordem política e econômica, haja vista que o escravo é aquele homem cuja obra consiste unicamente no uso do corpo (AGAMBEN, 2017), ele existe somente para produzir economia para o outro.

Assim, é que uno as minhas reflexões às ideias de Agamben, a fim de mostrar como na narrativa o personagem negro é tomado como coisa pelo personagem branco. Realidade que faz com que os negros se encontrem representados no texto, no limiar específico que determina a condição entre sujeito e objeto e entre agente e paciente. Agentes “brancos que sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para o outro. Procurando um refúgio para não serem atingidos por uma bala” (JESUS, 2014, p. 59).

A representação do corpo dos personagens negros enquanto propriedade de uso e abuso encontra-se exposta em todo o enredo. São representações nas quais estes personagens acham-se excluídos da vida política e social, eles representam uma vida

não propriamente humana, que possibilita ao sujeito branco o “*bios politikos*, ou seja, uma vida verdadeiramente humana” (AGAMBEN, 2010, p. 39).

Consequentemente, há na escrita uma reflexão sobre a condição do que é ser negra, tendo em vista que há uma denúncia de exceção de direitos, já que “só os pretos são presos” (JESUS, 2014, p. 36). Uma prisão que não tinha explicação lógica, que se dava unicamente pela cor da pele; questionamento que se manifesta forte na fala de Bitita, que repetia: “para se prender alguém é preciso existir motivos” (JESUS, 2014, p. 36).

De modo consequente, o que a protagonista acusa é a condição limite em que se acha a sociedade negra diante daquilo que Agamben chama de vida nua. Uma vida em que o indivíduo se encontra no limiar dos abusos, da coisa enquanto propriedade do outro, considerando que não existe na fala da personagem um estado de direito para o negro; haja vista que o corpo e a vida desse sujeito eram cotidianamente violados pela sociedade branca.

Qualquer sujeito tinha liberdade para transitar nos espaços públicos, com exceção os negros que quando apanhado nas ruas eram escorraçados - sem nenhum motivo significativo - pela polícia, que “prendia indivíduos de cor encontrados perambulando pelas ruas” (JESUS, 2014, p. 37). Assim, a simples condição de estarem na rua era tida como vadiagem, fato que permitia ao aparelho de segurança do Estado agir violentamente contra os seus corpos, cessando-lhes o direito de ir e vir. Esta captura torpe fazia com que “os negros tivessem pavor dos policiais, que os perseguiram [...] cenas semelhantes aos gatos correndo atrás dos cães” (JESUS, 2014, p. 59).

Essa captura do sujeito negro sem um fato consumado para a ação, tal como no mundo antigo da escravidão, onde o escravo não tinha obra, parece encontrar-se respaldada no fundamento do direito em termos de apropriação, o que me permite aproximá-la à “forma originária da captura (*ex-ceptio*) do uso dos corpos no direito, isto é, no direito de propriedade sobre as pessoas” (AGAMBEN, 2017, p. 56).

Seguidamente, a exceção de direitos, inclusive o de mobilidade, mostra na escrita do texto que não havia uma perspectiva para a sociedade negra, fazendo com que esta se encontre, no enredo, escassa de qualquer possibilidade de gozar da tão sonhada liberdade. Uma liberdade que nunca se efetivava, considerando que “o negro só é livre quando morre” (JESUS, 2014, p. 62).

Desse modo, o que é questionado por Bitita é o estado de suspensão da lei, isso porque quando se cessa a mobilidade de um ser, o seu corpo torna-se uma presa fácil para a captura, evento que termina por fazer da alforria uma mera utopia. Uma doce ilusão que induz a personagem a questionar: “- Mas que liberdade é essa se temos que correr das autoridades como se fôssemos culpados de crimes? Então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco?” (JESUS, 2014, p. 59).

Nisso consisti, então, a minha reflexão sobre *O uso dos corpos* (2017) dos personagens negros que compõem a trama do *Diário de Bitita*. Uso-a para falar das condições de vida em que se encontra representada o homem negro, tomado socialmente e politicamente como um instrumento animado para realizar a obra do homem branco, dentro de uma apresentação de vida vegetativa e excluída de direitos.

Portanto, é esta história de vida que se põe como reminiscência para dar corpo e voz a uma sociedade negra, que embora tenha sido exposta aos mais vis sofrimentos, encontra até hoje persistência e determinação para denunciar e narrar o acontecido. Deste modo, são de coragem, firmeza e resistência que se tece o testemunho e as lembranças narradas na escrita do *Diário de Bitita*. Uma resistência que desde seus antepassados se impôs como força: nos quilombos, na cultura e no corpo do negro, e que hoje, nos dias atuais, continua viva e tenaz nos movimentos negros.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O uso dos corpos*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- HENRI, Bergson. *Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins, 1999.
- JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. São Paulo: SESI-SP Editora, 2014.
- RASSI, Sara Taleb. *Negros na sociedade e na cultura brasileira III*. Goiânia; Ed. da UCG, 2008.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Apresentação da questão. História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Org.: Márcio Seligmann-Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.